

## **A Guerra das Castanheiras (Cione, Fortaleza, 1968) a partir dos conceitos de classe, raça e gênero na nova história social do trabalho**

Marcelo Henrique Bezerra Ramos<sup>1</sup>

**Resumo:** Em finais de 1968 centenas de castanheiras da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE (Fortaleza-CE) organizaram uma greve para reivindicar melhores salários e condições de trabalho desenvolvendo-se numa crítica a lógica da exploração sofrida pelas trabalhadoras e ao papel do patrão e do Estado na opressão de classe sofrida pelas operárias. Este é um período de ditadura civil militar no Brasil, marcado pelo aumento da coerção na sociedade, cerceamento das liberdades políticas, perseguição aos movimentos sociais e arrocho sobre os salários e sobre a vida dos e das trabalhadoras, a fim de garantir as melhores condições para a produção e reprodução do capital no Brasil. Buscamos com este trabalho entender a construção da greve como parte do processo de organização e transformação da consciência deste segmento da classe trabalhadora, relacionando este processo de construção da classe com as questões de gênero e raça presentes na vida e na luta destas trabalhadoras, referenciais estes que ganharam importância nas produções mais recentes da historiografia social do trabalho. Por fim entenderemos a luta das castanheiras da CIONE relacionando com os conceitos de raça, gênero e classe a partir das contribuições de autoras e autores como Souza Lobo, Joshi, Arruza, Vogel, Callinicos e Bakan, para entender as múltiplas determinações no processo de formação da consciência de classe, refletindo sobre a importância da teoria do valor de Marx e das análises marxistas em geral na interpretação das relações de classes no mundo capitalista moderno.

**Palavras-chave:** classe; raça; gênero; greve.

### **The war of the Castanheiras (Cione, Fortaleza, 1968) from the class, race and gender concepts in the new social history of work**

**Abstract:** At the end of 1968, hundreds of Brazil *castanheiras* (CIONE, Fortaleza-CE) organized a strike to demand better wages and working conditions by criticizing the logic of the exploitation suffered by the workers and the role of the boss and Of the state in the class oppression suffered by the workers. This is a period of civil-military dictatorship in Brazil, characterized by an increase in coercion in society, a curtailment of political freedoms, persecution of social movements and a clash over wages and the lives of women workers, in order to guarantee the best conditions for The production and reproduction of capital in Brazil. We seek to understand the construction of the strike as part of the process of organization and transformation of the consciousness of this segment of the working class, relating this process of class construction with the issues of gender and race present in the life and struggle of these workers, Have gained importance in the most recent productions of the social historiography of work. Finally, we will understand the CIONE

---

1 Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CAPES-MEC. Membro do Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, UFF, e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e Marxismo (NIEP-MARX), UFF

*castanheiras* struggle in relation to the concepts of race, gender and class based on the contributions of authors such as Souza Lobo, Joshi, Arruza, Vogel, Callinicos and Bakan, to understand the multiple determinations in the formation process class consciousness, reflecting on the importance of Marx's theory of value and Marxist analysis in general on the interpretation of class relations in the modern capitalist world.

**Keywords:** class; race; gender; strike;

Este artigo recuperará a mobilização das castanheiras da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE (Fortaleza-CE, 1968) a partir de reflexão crítica das relações entre classe, gênero e raça no processo de cotrução das consciências de classe e organização política das trabalhadoras. Para isso estabeleceremos diálogo com as produções da Nova História Social do Trabalho, entendendo o caminho que ela percorreu para construir novas abordagens sobre a classe trabalhadora no capitalismo e também buscaremos referenciais sobre os próprios conceitos de classe, raça e gênero, debatendo seus alcances e limites. Para isso dividiremos o artigo em três partes: primeiramente faremos uma breve apresentação da guerra das castanheiras; num segundo momento tentaremos trazer as abordagens da Nova História Social do Trabalho bem como a discussão teórica trazida por esta a cerca das relações de classe, gênero e raça; para num terceiro momento trabalhar essas reflexões diretamente na História da guerra das castanheiras. Esse artigo faz parte da construção de uma dissertação de mestrado sobre a guerra das castanheiras que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

### **A guerra das castanheiras**

O ramo da extração industrial de óleo da castanha de caju era, na década de 1960, um dos mais produtivos e estava entre os setores que mais impulsionava a incipiente rede industrial cearense. Várias empresas, inclusive multinacionais, estavam se instalando em Fortaleza com o objetivo de explorar a atividade de beneficiamento da castanha de caju. A CIONE foi uma dessas indústrias e chegou a empregar milhares de funcionárias na produção, é o que nos relata Jaime Libério<sup>2</sup>, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na

---

2 Jaime Libério, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Óleos vegetais e Animais de Fortaleza (conhecido por Sindicato do Óleo), a época militante da Ação Popular (AP), tem uma importância fundamental em nossa pesquisa, foi em despreziosas conversas com ele, nas dependências da Associação Anistia 64-68, em Fortaleza, que despertamos o interesse pela greve da CIONE.

Indústria da Extração de Óleos vegetais e Animais de Fortaleza (conhecido como Sindicato do Óleo), e na época militante do grupo Ação Popular<sup>3</sup>(AP).

Segundo Francisco José, o Franzé<sup>4</sup>, a fábrica, na década de 1960, era uma das maiores indústrias do Estado no ramo de extração de óleo a partir da castanha do caju e empregava cerca de dois mil funcionários somente na produção industrial, em sua maioria mulheres, chamadas de “castanheiras”<sup>5</sup>. Era uma indústria nova, fundada em 1962 – mas que só começou a produzir em 1965 – graças a uma política de impulso ao parque industrial do Ceará patrocinado pela SUDENE<sup>6</sup>, que dinamizou o setor no Estado, como nos conta Holanda<sup>7</sup>:

A SUDENE investia o dinheiro aqui e a CIONE fazia as melhorias estruturais, as construções, compra de equipamento. Tudo dentro de um cronograma. Os projetos obedeciam a um cronograma de execução. Na proporção que recebíamos os recursos, nós íamos aplicando. A época era um financiamento barato. A contrapartida era abrir aos acionistas. Com os incentivos da SUDENE veio a isenção fiscal de 50%. Recebemos porque estávamos entre os projetos da SUDENE.<sup>8</sup>

Segundo Franzé, a produção da fábrica em 1968 era de 500 “caixas”, o equivalente a 10 milhões de quilos de castanha de caju sendo processadas em cerca de 400 máquinas<sup>9</sup>. Na CIONE, fábrica situada no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza, se aplicava uma das políticas mais corriqueiras por parte dos patrões aos trabalhadores naquele período: o arrocho salarial. Esta política foi construída pelo ministério do trabalho do regime. Uma forma de permitir a redução do custo da força de trabalho gerando um maior acúmulo de capitais ao empresariado, possibilitando assim o desenvolvimento e crescimento industrial. Era parte da nova política econômica do regime militar o incentivo à industrialização para retomar e acelerar o desenvolvimento econômico:

---

3 A Ação Popular era uma organização política de linha marxista-leninista, com origem nas bases da esquerda da igreja, a Ação Católica (RIDENTI, 2010). No Ceará teve grande influência no movimento estudantil e atuação nas fábricas têxteis e de beneficiamento de caju (FARIAS, 2007).

4 Francisco José, o Franzé, atual diretor administrativo da CIONE, começou a trabalhar na fábrica no início da década de 1970 como “garoto de recados”, passando por vários departamentos do administrativo, até chegar hoje ao cargo de chefia.

5 Entrevista de Francisco José concedida a Marcelo Ramos em 01 de julho de 2014

6 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Criada no governo Juscelino Kubitschek para impulsionar o crescimento da região e diminuir as diferenças regionais no Brasil.

7 Holanda trabalha desde 1965 até hoje na CIONE como contador, vivenciou a greve e compartilha da visão daqueles trabalhadores administrativos que estavam muito próximos a Jaime Aquino, proprietário da fábrica.

8 Entrevista de Holanda concedida a Marcelo Ramos em 01 de julho de 2014

9 Entrevista de Francisco José concedida a Marcelo Ramos em 01 de julho de 2014

Em agosto [de 1964] foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Este definia como principal objetivo, para o biênio 1965-66, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário para alcançar um razoável equilíbrio de preços em 1966. O objetivo do PAEG de acelerar crescimento e simultaneamente reduzir a inflação deve ser entendido no âmbito do diagnóstico que os autores do Plano faziam da crise brasileira.<sup>10</sup>

A principal consequência para trabalhadores e trabalhadoras foram mudanças na política salarial. O acordo dos patrões com o governo militar era: controlar a inflação, flexibilizar direitos, reprimir movimento e aumentar os investimentos na indústria e comércio. A ditadura cumpria sua promessa, abrindo espaço para uma maior exploração por parte do empresariado sobre a classe trabalhadora:

Finalmente pretendia-se criar um mecanismo de reajuste dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isto implicaria ‘despolitizar’ as negociações salariais, aforando uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia. Além disso, pretendia-se aumentar flexibilidade da contratação e demissão da mão de obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria como virtude adicional ser uma fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das relações de trabalho, foi preciso intervir nos sindicatos mais ativos para evitar a eclosão de movimentos grevistas.<sup>11</sup>

A consequência dessa política para todos os trabalhadores, inclusive os da CIONE, foi imediata e profunda. Enquanto os preços continuavam aumentando por conta da inflação, o salário não era suficiente nem sequer para suprir as demandas básicas das famílias que eram sustentadas com o ganho das castanheiras. O milagre econômico bradado pelo governo não era tão miraculoso para aquelas operárias<sup>12</sup>. Como nos mostra Francisco de Oliveira:

isto quer dizer, vendo por outro lado a dinâmica da distribuição, que o crescimento da renda real na economia brasileira durante o decênio — aproximadamente 70% — foi predominantemente apropriado pelos 5% mais ricos da população (...) Os dados provam, abundantemente, que não houve qualquer redistribuição para baixo, nem em termos de beneficiamento dos estratos médios, nem muito menos, como é óbvio, dos estratos baixos. (OLIVEIRA, 1972, p. 63)

Exemplo disso era o nível de pobreza em que as trabalhadoras da CIONE viviam:

---

10 PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O milagre brasileira: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (O Brasil Republicano; v. 4)

11 PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. Op. cit.

12

Cf. Francisco de Oliveira.

As mulheres desmaiavam. Porque elas não almoçavam. Muitas dessas mulheres ganhavam tão pouco que elas não almoçavam, elas merendavam. Comiam duas bananas e um pão pra tirar um dia inteiro trabalhando. E voltavam muitas vezes no outro dia com o estômago vazio, aí quando entravam na fábrica e sentiam aquela ‘nhaca’ [mau cheiro], aquela ‘catinga’ enorme [de castanha], elas desmaiavam. O dono da fábrica e a capatazia dizia que era “esterismo” delas, diziam que era falta de homem!<sup>13</sup>

Em fins de 1968 esta revolta operária explode com a organização de piquetes, paralisações, passeatas e outras formas de combater a situação de precariedade imposta pela empresa e para defender o aumento do percentual pago pela produção de óleo de castanha, melhores condições de trabalho e fim do assédio e punições as operárias que se mobilizavam.

Nas edições dos jornais O Povo e Correio do Ceará de outubro a dezembro de 1968, narra-se um período de intensa movimentação social, em Fortaleza e nas principais capitais brasileiras, especialmente marcado por resistências organizadas por sindicatos, movimentos estudantis, partidos e agrupamentos de oposição a ditadura militar. A greve da CIONE se relaciona com esse contexto, como nos conta José Machado<sup>14</sup> sobre as mobilizações do período:

Em 68 era muita massa, a massa muito disposta a violência, como a periferia é hoje, e eu era da periferia, morava num bairro que hoje é chamado de Jardim Iracema, mas naquela época era Padre Andrade, era zona rural, tinha mata do trilho até a barra, o pessoal plantava verdura. E olhe que Fortaleza naquela época era pequena, acho que tava [nas manifestações] quase toda a cidade. (...) Em 68 quase toda semana tinha passeata, sem esse recurso de voz que tem hoje, era panfleto e megafone. A PM não tinha os equipamentos que tem hoje. Quando a construção civil começou a agir eles [a polícia] ficaram assustados. Exército e aeronáutica nunca participou de repressão ostensiva, quem fazia a repressão ostensiva era a PM. (...) Houve um confronto, a Praça José de Alencar tava lotada, a PM agiu com muita violência (...) a PM correu atrás da gente até o restaurante universitário, onde hoje é o Curso de História [da UFC] e nessa correria ela baleou um estudante de agronomia, que nem era militante, mas topava qualquer coisa. Isso foi perto da época da morte do Edson Luís, esse rapaz não morreu não, mesmo com três tiros no fígado ele escapou. Aí teve umas passeatas de umas 30 mil pessoas, gente da Faculdade de Direito até a 13 de maio, aí a PM não reagiu, quando tem gente de mais né, a PM não é burra não. Isso foi consequência desse baleamento. Eram muitas manifestações. Uma em cima da outra, e a massa ia mesmo. (...) Outra coisa que muita gente não sabe: tinha a passeata dos calouros – “a passeata dos bichos”, pois chamávamos

---

13

Entrevista de Jaime Libério concedida a Marcelo Ramos em 22 de fevereiro de

2014

14

Ex-militante da ALN e do PCBR, à época estudante de Física – UFC, preso durante panfletagem em solidariedade à greve das castanheiras da CIONE.

calouros de bicho. Eles botavam umas camisas com umas letras no pessoal, eu não sabia de nada, aí quando chegava na frente da polícia juntava o povo e formava a frase 'abaixo a ditadura', aí tome peia! (risadas) e os calouros tudo bêbado... um tacou um pacote de café na cabeça de um oficial, foi mó putaria! (risadas).<sup>15</sup>

E foi nesse contexto que grande parte das castanheiras da CIONE resolveram paralisar suas atividades em finais de novembro de 1968, decretando greve e exigindo negociação imediata da pauta de reivindicações.

No primeiro dia elas não entraram, no segundo dia também, no terceiro dia a coisa mudou. O dono da fábrica, Jaime Aquino, juntou o pessoal da capatazia pra se armar de pau e lenha pra botar as mulheres pra trabalhar a força. Foi assim, apitou três vezes [a sirene da fábrica], não entrou ninguém, então eles vieram eles pegaram aquela que era considerada a liderança pra botar à força pra dentro. Aí as operárias foram pra cima! (...) E enquanto isso a menina [a liderança] se soltou e pulou o muro, que era muito alto e ela torceu o pé. Levaram ela pro hospital e as outras foram pro sindicato. Nesse dia chamavam de guerra, não chamavam de greve, **era guerra!**<sup>16</sup>

### **A Nova História do Trabalho e as relações de classe, raça e gênero na classe trabalhadora**

Diversas abordagens sobre esse processo são possíveis. Compreendemos que as discussões trazidas no que vem se chamando de Nova História Social do Trabalho podem ajudar em muito no entendimento da história das trabalhadoras da CIONE. Por isso vamos falar um pouco sobre as transformações nesse campo de estudo.

A classe trabalhadora e o mundo do trabalho são fruto de pesquisas historiográfica desde meados de 1840. Para Marcel Van der Linden predominou nas análises historiográficas desse período até meados do século XX um perfil de classe trabalhadora bastante restrito: trabalhadores livres, organizados, brancos, do sexo masculino, empregados do ramo têxtil, mineiro ou de transportes. O foco das análises eram sobretudo em suas organizações e sindicatos. As relações que estes trabalhadores estabeleciam com a família, como seus salários eram utilizados, as relações que mantinham com a comunidade era secundarizadas. Apenas “protestos de trabalhadores eram levados a sério e analisados, principalmente se tomavam a forma de greves, atividades sindicais ou político-partidárias dos movimentos de esquerda”<sup>17</sup>. Somando a isso ainda a limitação de ver os movimentos dos trabalhadores apenas do ponto de vista nacional, sem relacioná-los com os próprios

---

15 Entrevista de José Machado concedida a Marcelo Ramos em 8 de julho de 2014.

16 Entrevista de Jaime Libério concedida a Marcelo Ramos em 22 de fevereiro de 2014.

17 LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013;

movimentos do capital, cada vez mais mundializados.

Com hegemonização da doutrina “marxista-leninista” promovida pelo stalinismo uma concepção simplificadora e generalista de classe trabalhadora se consolida. Essa noção se utiliza de uma noção construída a partir dos finais do século XX do operariado como o sujeito central da luta contra o capital. Mesmo em meados do século XX as análises estruturalistas e althusserianas fortalecem uma visão dogmática de classe trabalhadora como subproduto das relações econômicas. A partir da década de 1960, porém, trabalhos como os do historiador britânico E. P. Thompson transformam as formas de entender a classe trabalhadora e influencia uma renovação historiográfica na área resgatando o que Marcelo Badaró chama de “tradição de crítica ativa do materialismo histórico”<sup>18</sup>. Para Badaró, Thompson, trás diversas contribuições para uma análise mais complexa das classes trabalhadoras. Como podemos perceber sobretudo na trilogia *A formação da classe trabalhadora inglesa*. Nesta obra podemos dizer que Thompson constrói uma análise a partir de 3 elementos gerais: a) a ideia dos dissidentes protestantes de que qualquer um tem sua autonomia de ler a bíblia como quiser; b) a tradição da turba e motins como processo de luta que forja uma tradição da vitória e ganhos pela ação coletiva e organizada; c) a ideia amplamente difundida pelo direito civil da Inglaterra de cada inglês deve ser livre. Onde o movimento operário utiliza isso na perspectiva de para que um homem seja livre é necessário dar condições iguais de vida para que o trabalhador possa ser efetivamente livre. Tudo isso em meio há um discurso religioso muito dominante de que o trabalho dignifica o homem. Ou seja, análise bem mais complexa sobre o processo de construção da classe trabalhadora que rejeita conceitos preconcebidos e rompe a partir da perspectiva histórica com o reducionismo e mecanicismo que marcaram as produções estruturalistas e stalinistas.

Porém os estudos sobre a classe trabalhadora não dependem apenas dos debates teóricos e historiográficos, assim como todas as tendências históricas, as transformações na história do trabalho são permeadas por influências das mudanças na sociedade, sobretudo aquelas mudanças diretamente relacionadas com os movimentos da classe trabalhadora. Assim como as revoluções de trabalhadores que houve durante o século XX potencializaram os estudos sobre os mundos do trabalho, como a derrota da revolução e a

---

18 MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2012.

consolidação do stalinismo fez vencer em meados do século XX abordagens mais mecanicistas e reducionistas sobre a classe, a própria derrocada do bloco do socialismo real no leste europeu contribuiu muito para uma decadência de todo esse campo de estudo, empurrado até mesmo por análises catastrofistas que defendiam o fim da classe trabalhadora, como Michel Pialoux e Stéphane Beaud (1999).<sup>19</sup>

Para Cláudio Batalha os anos de 1990 conjugam um momento de crise na História do Trabalho, alimentado por uma crise generalizada nos movimentos de esquerda, sobretudo por conta da queda do muro de Berlim e todo bloco soviético, bem como a reestruturação produtiva que se ampliava sobre todo o mundo, desestruturando pólos industriais inteiros, injetando tecnologia robotizada e aumentando o desemprego no setor terciário da indústria<sup>20</sup>. Batalha afirma em um dos artigos mais importantes sobre a história do trabalho naquele período que a partir de então surge uma nova onda de trabalhos que buscam não só retomar uma importância para a área como também renovar abordagens e ampliar fronteiras de pesquisa<sup>21</sup>.

Vários são os aspectos dessa renovação da história social do trabalho. Há uma grande influência de E. P. Thompson sobre esses novos trabalhos, sobretudo na perspectiva de alargar os espaços do mundo do trabalho além da fábrica, entendendo os aspectos territoriais, religiosos, costumes e culturas das classes trabalhadoras, para entender seus processos de organização e luta. Uma história vista de baixo não apenas das relações de trabalho entre patrão e empregado, mas também das migrações, dos bairros, de trabalhadores de outros setores do mercado de trabalho.

Uma abordagem importante e influente nesse novo momento que vem ampliando sobretudo as fronteiras da historiografia dos mundos do trabalho é a história global do trabalho. A busca da construção de uma história do trabalho que consiga interpretar o mundo do trabalho de forma transnacional, para além das fronteiras dos estados e nações,

---

19 PIALOUX, Michel & BEAUD, Stéphane. Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard. Paris: Fayard, (1999). apud NEVES. Renake Bertholdo David. Ser classe trabalhadora ou no ser classe trabalhadora, eis a questão. [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Renake\\_das\\_Neves.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Renake_das_Neves.pdf)

20 BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências, in FREITAS, Marcos César (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2001.

21 BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006.

entendendo os processos de forma transcontinental assim como é o fluxo de mercadorias e capitais no mundo globalizado capitalista. Marcel van der Linden, um dos historiadores mais proeminentes dessa perspectiva defendem um contraponto ao que ele chama de nacionalismo metodológico que predominou nas análises sobre o mundo do trabalho anteriormente, gerando assim uma história baseada em limites geográficos específicos que não enxergava os diversos fluxos políticos, sociais e culturais transnacionais que baseiam os ritmos e transformações no mundo do trabalho<sup>22</sup>.

Podemos entender a História Global do Trabalho como uma perspectiva historiográfica que tem como características: a) Romper com o Eurocentrismo na análise da classe trabalhadora nos seus diversos aspectos, desde o aspecto de entender os pólos de produção de trabalho para além da Europa, relacionando periferia (América Latina, Ásia e África) com o centro (Europa, Japão e EEUU), entendendo seus fluxos migratórias e de mercadorias, como também reconhecendo sujeitos diferentes neste mundo do trabalho, para além do homem, branco, heterossexual, pai de família, colocando no lugar questões como raça, etnia, gênero, sexualidade, como determinantes no entendimento das classes trabalhadoras; b) alargar para uma leitura transnacional e romper com a ideia do estado-nação na análise das classes trabalhadoras; c) Alargar a ideia de classe trabalhadora, para além dos trabalhadores livres assalariados. Linden critica o que ele vê como uma generalização marxista de sempre entender trabalho como trabalho assalariado, sem enxergar outras diversas formas de trabalho, como o compulsório, baseado na “parceria”, etc. Como ele mesmo defende no início do segundo capítulo de *Trabalhadores do Mundo*: “Não existe uma boa razão teórica para tratar um desses modos de exploração como a forma ‘verdadeiramente’ capitalista, e a outra como nada mais que uma variação anômala (embora talvez historicamente necessária)”<sup>23</sup>.

Entendemos que em Marx o trabalho assalariado é uma tendência a se generalizar no capitalismo, o que tem se comprovado historicamente, porém essa perspectiva de Linden em ampliar as possibilidades de estudo do trabalho para outras formas jurídicas é bastante

---

22 LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

23 LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013;

útil para compreendermos a formação da classe trabalhadora em países onde se desenvolveram empresas coloniais com uso de força de trabalho escrava, assim como o Brasil..

Na construção da história global do trabalho destacamos algumas influências de Marcel van der Linden: um diálogo com a teoria crítica do valor (Kurtz e Postone), com uma noção de que o capitalismo irá definir pelas suas próprias contradições; entende que a classe trabalhadora faz parte das próprias engrenagens do capitalismo; faz uma crítica a Marx por uma "fé" de que a classe trabalhadora iria destruir o capitalismo; se referencia no maximalismo individualista, ou seja a perspectiva de que os trabalhadores se utilizam das máximas possibilidades possíveis em seu alcance para melhorar suas condições cotidianas de vida. Além dessa referência na teoria crítica do valor Linden também dá grande importância a abordagem de *classes subalternas* dialogando com a historiografia do trabalho indiana, que interpreta o conceito de classes subalternas em Gramsci. Porém Marcel não aprofunda essa análise, buscando entender como se desenvolvem as consciências da classe trabalhadora, assim como Meszáros<sup>24</sup>, Thompson<sup>25</sup> e o próprio Marx<sup>26</sup> fizeram.

Essa abordagem historiográfica tem diversas validades para o Brasil, que tem dimensões continentais, e onde o estudo da história do trabalho ainda está muito restrito a alguns estados das regiões sul-sudeste. Nessa situação pouco nacionalizada, portanto, ainda há muito a ser estudado e produzido sobre uma História da Classe Trabalhadora Brasileira. Isso não é contraditório com as contribuições da história global do trabalho, sobretudo na análise contextualizada dos processos nacionais e regionais com os processos internacionais e transnacionais. Por exemplo: para entendermos que para entender a escravização do Brasil é muito importante entender a dinâmica transatlântica do tráfico internacional de escravos, e mesmo entender os processos de apreensão de negros e negras na África para serem transportados à força para o Brasil, como podemos ver em trabalhos de Rafael de Bivar

---

24 MESZÁROS, István. Estrutura social e formas de consciência (Vol. I): a determinação social do método. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

25 THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa – A Árvore da Liberdade. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

26 KARL, Marx. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. Apêndice a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010b, p. 145-165.

Marquese e Tâmis Peixoto Parron<sup>27</sup>, apreendendo assim como as bagagens e experiências que esses escravizados trouxeram para o Brasil influenciaram na formação da classe trabalhadora no Brasil.

Por outro lado, influenciado pelos escritos de Antonio Gramsci e sua perspectiva ampliada de bloco histórico das classes subalternas, historiadores e sociólogos de várias regiões do mundo subdesenvolvido produzem trabalhos do que convencionou-se chamar de estudos subalternos<sup>28</sup>. Exemplo disso são os trabalhos de Ranahit Guha, que através de uma crítica à historiografia indiana elitista que só via importância histórica e política nos eventos históricos produzidos pela elite, defende que na Índia, durante toda a colonização inglesa houve mobilização popular, o que ele chamou de um forma de *política do povo* que organizava as demandas sobretudo dos trabalhadores rurais por melhorias condições de trabalho e vida, resistindo a empresa colonial inglesa na Índia que era fundamental para garantir a produção industrial na Inglaterra. Essa crítica foi importante tanto para desconstruir essa visão historiográfica nacional elitista na Índia, como também para demarcar uma visão de classe trabalhadora bem diferente daquela eurocêntrica que predominou na primeira fase da História do Trabalho. Guha demonstrou não só que havia uma classe trabalhadora muito viva nos países subdesenvolvidos, mas também que seus movimentos sociais organizados, sobre outras formas de organizações, tinham tido uma importância muito grande não só nas transformações sociais da Índia, como essas transformações impactavam em outras regiões do mundo<sup>29</sup>. Guha foi fundamental para um novo debate sobre a classe trabalhadora ampliando-a e definindo a partir da sua subalternidade, ao que ele mesmo define como “toda a população que é subordinada em termos de classe, casta, idade, gênero e ofício, ou em qualquer outro modo<sup>30</sup>”.

Chitra Joshi, historiadora do trabalho, tomando como referência essa renovação na historiografia indiana e essa nova abordagem sobre a classe trabalhadora, em um de seus

---

27 MARQUESE, Rafael Bivar & Parron, Tamis, Internacional escravista: a política da segunda escravidão, Rio de Janeiro, Topoi, v. 12, jul.- dez 2011.

28 GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

29 GUHA, Ranahit, Las voces de la historia y otros estudios subalternos, Barcelona, Crítica, 2002.

30 A. Sen, “Subaltern Studies: class, capital and community” In: R. Guha (org.), Subaltern Studies V. Writings on South Asian History and Society, 1987. *apud* MATTOS, Marcelo Badaró, Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico, ontem e hoje, in NEVES, Renake B. D. (org.), Trabalho, estranhamento e emancipação, Rio de Janeiro, Consequência, 2015.

mais prodigiosos trabalhos desconstrói a visão masculina do trabalho, do homem provedor, e demonstra que a mulher indiana, desde os primeiros momentos de industrialização da Índia, ocupa espaço importante na força de trabalho, ocupando inclusive papel central na produção industrial daquele país. Explicitando que na realidade não havia uma ausência da mulher no mundo do trabalho, mas sim um preconceito sobre o estudo da mulher no mundo do trabalho, reflexo do machismo nas relações sociais, onde a mulher no trabalho seria algo temporário, ou mesmo secundário.

O presente contexto de queda na oferta de empregos para homens, especialmente nos velhos centros, também significou uma crise na masculinidade. Se a fábrica era a esfera nas quais noções de masculinidade eram construídas, seus deslocamentos no presente desalojaram essas identidades<sup>31</sup>.

Para consolidar melhor esse entendimento recorreremos novamente aos trabalhos de Marcelo Badaró na compreensão da classe trabalhadora. Para nós é especialmente útil a retomada que o autor faz do conceito gramsciano de Classes Subalternas para entender as complexas relações de classe em desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Na linha de se opor tanto as análises mecânicas e economicistas que tentam adequar a classe trabalhadora a uma consciência consagrada, ou seja, a uma forma de ser e de se comportar idealizada para a classe trabalhadora, como também para se opor as visões que negam completamente o trabalho ou mesmo a relativizam a importância da articulação da classe trabalhadora na superação do capitalismo (Kurz e Postone, por exemplo), o autor busca nos conceitos formulados por A. Gramsci uma chave de compreensão mais contemporânea e precisa das relações de classe e da própria consciência que a classe tem de si. Para o italiano, em sua defesa de uma revolução na complexa Itália do início do Século XX, é necessário articular as diversas alianças do que ele chama de classes subalternas, além do proletariado, o campesinato, e as outras classes desprivilegiadas na sociedade italiana, para assim formar uma frente única contra as classes dominantes da Itália. Essa perspectiva das classes subalternas é central para nós entendermos as relações complexas entre classes oprimidas no capitalismo do século XX, enxergando como diversas relações de opressão se somam as relações de exploração, conjugando relações sociais específicas dentro da própria classe e gerando consciências de classe diferenciadas entre variados sujeitos históricos<sup>32</sup>.

---

31 JOSHI, Chitra. "Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho". Revista Mundos do trabalho, ANPUH, v. I, n. 2, p. 158-159.

32 A. Gramsci, Cadernos do cárcere, vol. 5, 2002. (Caderno 25).

Em outras palavras, em determinadas situações históricas como a vivida por trabalhadores escravizados e livres em determinadas áreas das Américas na segunda metade do século XIX, estaríamos diante não de uma única classe de trabalhadores subalternos, mas de classes subalternas, que possuem em comum a subordinação ao capital, mas distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais – como a dos movimentos pela abolição no Brasil do fim do século XIX –, fundamentais para os processos subsequentes de formação da classe trabalhadora.<sup>33</sup>

Concordando com essa perspectiva ampliada de classes subalternas entendemos então que ao analisar a classe é necessário que compreendamos essas diversas determinações na formação social de um extrato do proletariado e como essas determinações influenciam na formação de consciências de classe, nas visões de mundo individuais e coletivas destes sujeitos. Para isso, buscamos entender como as relações de classe são permeadas por relações de gênero e de raça/etnia a partir de bibliografia específica que compartilha desta visão.

### Gênero e Classe

Começamos compreendendo as relações de classe e gênero. Lise Vogel em *Marxism and oppression of woman* desenvolve uma ampla leitura das contribuições do marxismo às questões de gênero e como isso nos dá condições teóricas de compreender as relações entre gênero e classe.

Neste livro Lise Vogel foca em trazer o que Marx e Engels realmente escrevem sobre as relações sociais que envolvem a opressão e exploração da mulher, sobretudo quando Marx entende, em *O Capital* que o trabalho reprodutivo é fundamental para a produção de capital, e que este é ocupado prioritariamente pela mulher. Vogel defende que uma das consequências desta ideia é que para além da exploração econômica existe uma relação de exploração e opressão específica e muito antiga que são as relações do patriarcado. Para Vogel, em *O Capital*<sup>34</sup>, Marx supera a visão esboçada em *Ideologia Alemã*<sup>35</sup>, entendendo o papel do trabalho reprodutivo na produção, porém ainda não

---

33 MATTOS, Marcelo Badaró, Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico, ontem e hoje, in NEVES, Renake B. D. (org.), Trabalho, estranhamento e emancipação, Rio de Janeiro, Consequência, 2015. (p. 134).

34 KARL, Marx. Capital Volume 1, Moscow: Progress Publishers [1867]. *apud* VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

35 MARX, Karl and ENGELS, Frederick. Lost 'German Ideology' manuscript later found, Volume 36. *apud* VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

avança para entender a lógica estrutural do patriarcado com uma relação sistemática de opressão e exploração<sup>36</sup>.

Marx e Engels, entendiam que havia uma tendência na diluição da família tradicional devido à necessidade da entrada da mulher e mesmo das crianças na produção, devido a um acelerado crescimento industrial e a necessidade de expansão da força de trabalho feminino e a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, no processo produtivo. Engels, em *A origem da propriedade privada e da família* entende que a origem da subordinação da mulher se deu com a origem da propriedade privada, onde ela mesma se torna uma propriedade privada do homem (chefe da família) assim como os filhos. Para Engels, o casamento burguês é uma negociata. Porém ele entende que com o proletariado é possível relações conjugais baseadas efetivamente nos sentimentos<sup>37</sup>.

Para Lise Vogel, Engels secundariza as relações de opressão do patriarcado, porquê entende que essas relações de opressão serão superadas com o processo revolucionário para uma sociedade sem classes, pois segundo ele as relações sociais que submetem e oprimem a mulher serão suprimidas. Há inclusive um discurso moral de Engels em relação a entrada da mulher nas relações de produção, mesmo que depois ele reconheça que com a industrialização e a inclusão das mulheres no mercado de trabalho abre uma real possibilidade do rompimento com a família monogâmica. Engels em *A origem da família e da propriedade privada* diz que o casamento monogâmica é o aprisionamento da mulher ao mesmo tempo que é a liberdade do homem, com a responsabilização da mulher pelo trabalho reprodutivo.

Dentre as contribuições e limitações deste autores é preciso reconhecer o tempo histórico a qual eles estavam submetidos, como compreendemos a partir da própria Vogel, é preciso entender as limitações de Marx e Engels, como homens de suas época. Criticando-os, absorvendo suas contribuições para as relações de trabalho, classe e gênero<sup>38</sup>.

---

36 VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

37 ENGELS, Frederick. *The Condition of the Working Class in England*, translated and edited by W. O. Henderson and W. H. Chaloner, Stanford, CA: Stanford University Press [1844]. *apud* VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

38 Para isso, é interessante levar em consideração a biografia da família de Marx. GABRIEL, Mary. *Amor e Capital: A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013. Marx sempre manteve uma postura e moralidade mais “distante” da classe trabalhadora de sua época, mesmo vivendo no Soho, bairro operário em Londres. Quando esteve na miséria, quase não tendo

Comparando com outras formulações no movimento de trabalhadores à época podemos perceber como o movimento da classe ainda era permeado por uma concepção dominadora à mulher. A abordagem de Marx é qualitativamente diferente de Fourier<sup>39</sup>, por exemplo, para Marx a emancipação da mulher é uma evidência da evolução social. Para Fourier a emancipação da mulher é uma evolução social em si. Na Associação Internacional dos Trabalhadores Marx e Engels criticam os prodhounianos<sup>40</sup> por estes defenderem a retirada das mulheres das fábricas e retorno para as casas para garantir a elevação dos salários dos homens. Essa crítica também é feita as propostas de Lassale e ao Programa de Gotha<sup>41</sup>, onde essa lógica também está colocada. Para Engels e Marx há uma inevitabilidade da entrada da mulher na produção, devido a própria característica de expansão da exploração da força de trabalho presente no capitalismo. O próprio avanço tecnológico determinará esse processo (nesse sentido há um determinismo tecnológico)<sup>42</sup>.

Por mais que Marx e Engels compreendam que o trabalho reprodutivo exercido pela mulher é fundamental para garantir a produção, pois ele garante a saúde e as condições mínimas da reprodução e manutenção da força de trabalho, eles não conseguem compreender que o próprio salário médio dos trabalhadores não é suficiente para garantir a reprodução da força de trabalho, e que é o trabalho reprodutivo da mulher, o trabalho doméstico, a segunda jornada de trabalho, não pago, que garante essa suplementação. Essa é conclusão que chega diversas Marxistas Feministas, como a própria Lise Vogel<sup>43</sup>, e outras, como Cinzia Arruza<sup>44</sup>.

Em decorrência de o capital colocar para a mulher o lugar do trabalho doméstico

---

dinheiro para comer, contando apenas com a ajuda do Engels, mesmo nesse período mantinha a governanta de sua família, com quem teve um filho, o qual foi assumido por Engels. Já Engels mantinha uma relação mais próxima do proletariado, menos “distante”, casa com uma operária, e constrói uma observação etnográfica do proletariado inglês, o que o leva a escrever *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Para nós não cabe fazer um julgamento moral, mas sim localizar essas trajetórias individuais dentro de suas produções intelectuais, contextualizando historicamente.

39 Ver FOURIER, C. (1973). *Le nouveau monde industriel et sociétaire*. Paris: Flammarion.

40 Adeptos das formulações de Pierre-Joseph Prodhoun. Ver: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria* (Tradução e notas de José Carlos Orsi Morel). São Paulo, Ícone Editora, Tomo I, 2003. 438 pp.

41 Ver a crítica ao programa em MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*; São Paulo: Boitempo, 2012, 140p.

42 VOGEL, Lise. *Marxism and oppression of woman: Toward a Unitary Theory*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

43 VOGEL. *Op. cit.*

44 ARRUZZA, Cinzia, *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*, Lisboa, Combate, 2010.

há uma série de relações que precisam ser levadas em consideração pelos historiadores do trabalho quando estas ocupam o espaço do trabalho fora do lar. De um lado o fator que geralmente as mulheres não deixam de cumprir seu turno de trabalho doméstico, muitas vezes sendo executado antes e após a jornada de trabalho externa a casa, configurando-se assim uma dupla jornada de trabalho. Do outro o próprio processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho tradicionalmente reservado aos homens interfere nas relações de gênero no trabalho e mesmo dentro dos núcleos familiares. Como demonstra Chitra Joshi ao estudar o trabalho feminino na Índia em meados do século XX:

As experiências dos trabalhadores na atual fase da industrialização são também mediadas pelas equações de gênero dentro da família e da casta de origem [no caso da Índia]. Em um mercado de trabalho em que os trabalhos para homens estão diminuindo, os ganhos das mulheres estão se tornando crescentemente importantes como estratégia de sobrevivência. Ainda assim, o trabalho das mulheres é uma ameaça para as estruturas patriarcais consolidadas, e há uma resistência contínua a ele. Mas as estratégias de negociação variam em diferentes tipos de famílias trabalhadoras.

Um importante trabalho na realidade brasileira sobre a situação da mulher na produção fabril é o Elizabeth Souza Lobo, uma das primeiras intelectuais marxistas a problematizarem as relações de gênero no trabalho feminino no Brasil. Em *Experiências de mulheres – Destinos de gênero*<sup>45</sup> a autora resume sua pesquisa com trabalhadoras de fábricas metalúrgicas em São Paulo (SP) no início da década de 1980. A autora toma a história de vida de três operárias (Luzia, Nair e Belisa), de uma indústria de autopeças, para historicamente como se dá as múltiplas relações entre trabalho, gênero e migração (as operárias migraram para São Paulo para trabalhar) na situação de trabalho e vida destas trabalhadoras. Um aspecto fundamental para Souza Lobo é a relação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado na vida das três operárias:

A relação de trabalho não é apenas permanente, mas determinante na organização de sua vida. A análise destas práticas sugere a distinção de dois tempos: o tempo de trabalho ligado à sobrevivência, no campo ou em casa, no cotidiano, e, o tempo de trabalho assalariado, que remete a um emprego e que produz a separação entre trabalho doméstico e emprego em termos de espaços e relações. Por outro lado, as diferentes práticas de trabalho se articulam, se superpõem e se impõem na vida destas mulheres sem lugar para qualquer escolha. O trabalho doméstico faz parte da condição de *mulher*, o emprego faz parte da condição de

---

45 SOUZA LOBO, Elizabeth. Experiências de mulheres – Destinos de gênero, In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP – Vol. 1. São Paulo, 1989. “Este texto é o resultado de uma pesquisa realizada entre março e julho de 1986 em São Paulo, juntamente com Robert Cabanes (ORSTOM) e Marie Agnès Chauvel. Foi apresentado na mesa-redonda internacional sobre ‘Rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologiques, champs d’analyse’ organizado pelo Atalier Production-Reproduction (APRE)/IRESCO/CNRS em Paris, novembro de 1987.

*mulher pobre*<sup>46</sup>. [grifos da autora]

Para Souza Lobo é fundamental compreender a importância do trabalho doméstico na vida da mulher pois ele condiciona a vida das mulheres trabalhadoras. Nas trabalhadoras estudadas pela autora o trabalho doméstico está na origem de suas migrações, elas foram para São Paulo, a princípio, para “ajudar” no trabalho doméstico de parentes, e quando conseguem algum trabalho assalariado, chamam outras irmãs, mães, primas, para cumprir as funções domésticas. Neste processo o trabalho assalariado tão pouco pode ser escolhido, elas se empregam no que aparece, através de indicações de amigos ou parentes. A carreira, quando há desenvolvimento, é determinada pelas oportunidades geradas no próprio mercado<sup>47</sup>.

As relações de exploração na fábrica, de um salário rebaixado, de condições de trabalho ruins, se somam com um trabalho extenuante dentro de casa. Essa situação de vida é percebida por elas, permeado por um olhar de possibilidades a serem seguidas, ou seja, ao patamar de consciência e do que elas entendem como possível na condição de mulheres migrantes, pobres, trabalhadoras em uma grande cidade brasileira.

Todas elas também identificam as práticas e os hábitos cotidianos de *pobres e ricos*, dos que *trabalham* face aos que *controlam*. Os destinos de uns, as decisões de outros, Luzia descreve detalhadamente os defeitos do apartamento que com sacrifício, comprou em um conjunto da COHAB: “tão pequenino, uma tristeza” ... “eles deveriam ter feito a área de serviço, né” Ela tem ideias sobre o que seria uma melhor disposição das peças, mas avalia suas possibilidades e conclui: “Pobre é aquela dureza. *Tem que ir aonde o rico quer, né?*” Também Belisa observa que *trabalha mas não sabe*, que quem faz as peça não as conhece, nem sabe para que servem: “Mas deveria saber né? Mas a firma funciona dessa maneira, *a gente não pode mudar, né?*”<sup>48</sup> [grifos da autora]

Da sua experiência concreta, de suas vivências e trajetórias, as trabalhadoras reconhecem diferenças e exclusões no mundo do trabalho e na vida social. Souza Lobo se utiliza do conceito de experiência em E. P. Thompson para compreender que a partir das relações concretas de trabalho e condições de vida trabalhadores forjam visões de mundo, consciências sobre os processos, que tendem a se conjugar coletivamente incorporando-se como uma cultura de classe. Inclusive por isso, Elizabeth Souza Lobo percebe que a vida de uma mulher trabalhadora, que serve em uma dupla jornada de trabalho, que tem suas capacidades menosprezadas pelo simples fato de ser mulher, que tem acesso à educação

---

46 SOUZA LOBO. *Op. cit.* p. 171.

47 SOUZA LOBO. *Op. cit.*

48 SOUZA LOBO. *Op. cit.* p. 180.

restringido, que muitas vezes cumpre uma mesma função que o homem, porém tem o pagamento menor, todas essas condições, geram uma experiência diferenciada dos demais trabalhadores do gênero masculino, e que portanto precisam ser analisadas a partir de relações e conceitos de classe e gênero para um melhor entendimento das suas contradições e das consciências elaboradas.

O trabalho de Chitra Joshi corrobora com essa maior complexidade na análise dos segmentos femininos da classe trabalhadora. Quando em sua pesquisa sobre o emprego de força de trabalho feminino em indústrias indianas percebe que ao passo da inserção da mulher nas fábricas em um momento de crise, há também o desemprego de grandes contingentes de força de trabalho masculina, há um processo social e cultural de estranhamento contra a mulher, que envida luta contra as estruturas patriarcais para garantir seu direito ao emprego, à autonomia financeira e protagonismo no sustento familiar.

As experiências dos trabalhadores na atual fase da industrialização são também mediadas pelas equações de gênero dentro da família e da casta de origem. Em um mercado de trabalho em que os trabalhos para homens estão diminuindo, os ganhos das mulheres estão se tornando crescentemente importantes como estratégia de sobrevivência. Ainda assim, o trabalho das mulheres é uma ameaça para as estruturas patriarcais consolidadas, e há uma resistência contínua a ele. Mas as estratégias de negociação variam em diferentes tipos de famílias trabalhadoras<sup>49</sup>.

Essas reflexões das relações específicas sofridas por mulheres no mundo do trabalho tardaram a chegar à academia e a História Social do Trabalho. Sem dúvida a invisibilidade que o trabalho feminino sofreu por muitas décadas não decorre de falta de fontes, mas sim do olhar do historiador que comumente não privilegia o estudo das mulheres. Uma explicação óbvia é que o patriarcado e o machismo são relações orgânicas que se “colam” à dominação de classe permeando todas as relações sociais no capitalismo, inclusive (ou, sobretudo) as fileiras acadêmicas.

Porém, toda mudança social influencia a produção intelectual, portanto as pressões dos movimentos de mulheres por visibilidade e direitos impactaram na construção de uma nova história social que se preocupe com as relações sociais vividas por mulheres nos mundos do trabalho.

Ao menos no Brasil, se em comparação com as questões étnicas e raciais, o estudo

---

49 JOSHI, Chitra. "Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho". Revista Mundos do trabalho, ANPUH, v. I, n. 2, p. 167-168.

da mulher no mundo do trabalho encontrou mais resistência na História Social do Trabalho, visto que as lutas pelos direitos das mulheres ganharam força no mesmo período do movimento negro, porém ainda são recentes os trabalhos que relacionam as lutas das mulheres com o mundo do trabalho.

### Raça e Classe

Vários outros ótimos trabalhos buscam entender as relações entre as questões étnico-raciais, o racismo e as classes sociais no capitalismo contemporâneo. Alex Callinicos propõe que podemos dizer que existe racismo

onde um grupo de pessoas é discriminado com base em características que lhe seriam inerentes enquanto grupo. O racismo é frequentemente associado a uma diferença na cor da pele dos opressores e oprimidos, mas isso não é de nenhum modo uma condição necessária para existir o racismo<sup>50</sup>.

Neste texto o autor traça uma defesa de que o racismo é um fenômeno moderno, é uma relação social decorrente do uso de mão de obra escrava, trabalho predominante no desenvolvimento das empresas coloniais no “novo mundo”. Portanto, este autor defende que o racismo contemporâneo é uma relação social fruto do próprio desenvolvimento capitalista. Com isto o autor debate (e se enfrenta) diretamente com as teorias que fundamentam o nacionalismo negro que defendem o oposto, que o racismo é uma relação anterior ao capitalismo, e que pouco tem a ver com ele, logo, que pode ser superado à revelia do capitalismo. Callinicos defende que as diferenças raciais são inventadas como forma de justificar uma opressão específica, que neste caso é a opressão de classe. Sendo que a peculiaridade histórica do racismo é que as características que justificam essa opressão são inerentes a um determinado grupo social, como a cor da pele. De modo que uma pessoa de pele negra não pode deixar de ser negra. O autor distingue ainda as diferenças raciais modernas das culturas de estranhamento ao estrangeiro, às religiosidades diversas presentes nas relações de trabalho forçado da antiguidade.

devemos ter em mente um dos traços básicos das sociedades de classe pré-capitalistas, notadamente a dependência do que Marx chamou de “força extraeconômica”. Tanto o escravismo antigo quanto o feudalismo medieval se apoiavam na exploração de trabalho cativo. O escravo era reduzido ao status de um bem, um instrumento falante (*instrumentum vocale*), como diziam os romanos. Como tal, o escravo estava totalmente sujeito à força física do senhor, que podia espancar, violentar sexualmente, torturar e até matar. Essa extrema

---

50 CALLINICOS, Alex. *Race and Class*, Bookmarks, Londres, janeiro de 1993. Livre tradução em [http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS\\_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf](http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf)

subordinação de um grupo de pessoas a um outro pressupunha o poder militar das cidades-Estado gregas e do império romano<sup>51</sup>.

A sociedade capitalista é qualitativamente diferente, há uma relação de dominação abstrata, não-direta e aberta.

o modo de produção capitalista se baseia na exploração do trabalho assalariado livre. O trabalhador assalariado é, afirma Marx, “livre em um duplo sentido, livre das velhas relações de (...) escravidão e servidão, e, em segundo lugar, livre de todos os pertences e posses e (...) livre de toda a propriedade”. Não é a subordinação legal e política ao explorador, mas a sua separação dos meios de produção e a compulsão econômica resultante para vender o seu único recurso produtivo, a força de trabalho, que é a base da exploração capitalista. Trabalhador e capitalista confrontam-se no mercado de trabalho como legalmente iguais. Os trabalhadores são perfeitamente livres para não venderem a sua força de trabalho: é somente o fato de que a alternativa é a fome ou a fila dos desempregados que os leva à sua venda<sup>52</sup>.

Em decorrência disto se forja um discurso moral universal de que no capitalismo os cidadãos são plenos de liberdade. O racismo é, portanto, uma criatura, um discurso para justificar a opressão do trabalho escravo nas colônias. Assim os negros podiam ser escravizados, pois eles não são gente, eles são coisas, de pele escura, “marcados por deus”, não-cidadãos, por isso podem ser privados dos direitos universais de liberdade que o capitalismo levava a toda sociedade. Neste debate estabelecido por Callinicos sobre racismo e capitalismo, talvez o mais importante não seja entender se o racismo se estabelece anteriormente ao capitalismo ou apenas com o advento do capitalismo, mas sim que esse estabelece plenamente no capitalismo pois é incorporado na relação social do capital. Nesse sentido podemos interpretar que os elementos constitutivos racismo no capitalismo, como o horror ao diferente e o preconceito religioso já existiam, porém é apenas no capital que eles dão um salto qualitativo para se transformar numa relação social específica, pois é com o capitalismo que ela vira uma justificativa moral, e até “científica” (ex: darwinismo social), ao explicar o fato de porquê um enorme setor social pode ser explorado, coisificado, escravizado, garantindo assim o barateamento do custo da força de trabalho para assim baratear a produção e aumentar o acúmulo de capital. Ou seja, é no capitalismo que essas relações de horror à diferença étnica, se tornam dominantes ganhando um aspecto estrutural nas relações produtivas, constituindo assim uma relação social racista.

A partir de Abigail Bakan podemos complexificar a compreensão desta relação

---

51 CALLINICOS, *Op. cit.*

52 CALLINICOS, *Op. cit.*

raça e classe no capitalismo na medida em que a autora busca dar nitidez na própria discussão aberta por Marx sobre as relações de exploração, alienação e opressão na classe trabalhadora<sup>53</sup>. Em *Theorizing anti-racism* Bakan busca entender as políticas das diferenças sob o viés marxista. Para tanto parte da pergunta: como a sociedade capitalista realmente produz as suas relações de diferenças? E como estas relações estão social, político e economicamente estruturadas?

Dialogando com autores marxistas e não marxistas, e com o próprio Marx Abigail Bakan desenvolve que para o entender as relações de classe não basta apenas compreender os processos de produção material de excedente, é preciso também estudarmos os processos de distribuição da produção excedente, bem como isso molda as relações de classe. Bakan defende que historiadores das relações de classe precisam não apenas dar atenção ao livro I de *O capital*<sup>54</sup> onde o autor explica os processos de produção de capital, mas precisam também aprofundar-se nos estudos dos volumes II e III da obra, onde o autor desenvolve as determinações dos processos de reprodução das relações sociais capitalistas. Pois, para Bakan, Marx entende que a exploração não é uma relação específica do capitalismo, mas sim uma característica de todas as sociedades onde existe a dominação de classes. O diferencial da sociedade capitalista então está na “força motivadora”, no impulso para a produção de mercadorias, no cerne da produção capital, o que Marx categoriza como a produção de valor. Essa força motivadora empurra tudo e todos no capitalismo para o empenho em expandir a produção de mercadorias, e portanto para sermos cada vez mais competitivos na produção de mais valor.

A autora destaca que Marx entende que no capitalismo, os processos de alienação, que já existiam anteriormente a sociedade capitalista se generalizam pois estão na base constitutiva da própria produção material.

Marx considerou que a alienação tinha raízes materiais em condições históricas concretas. As contradições tão fortemente visíveis na sociedade capitalista – a imensa lacuna entre potencial e realidade – indicam a extensão da alienação humana. Para Marx, alienação emerge de quatro fontes: a distância da humanidade dos produtos do trabalho humano; do processo de trabalho

---

53 BAKAN, Abigail B. and DUA, Enakshi. *Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*. University of Toronto Press, 2014. sobretudo o capítulo 5, que é substancialmente baseado no seguinte artigo: Abigail B. Bakan “Marxism and Anti-Racism: Rethinking the Politics of Difference” *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Cultura and Society* 20, no. 2 (April 2008), 238-56.

54 MARX, Karl Heinrich. – *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital*; São Paulo: Boitempo, 2013.

propriamente dito; de outros seres humanos, onde o antagonismo entre as classes e, importantemente, entre as classes é endêmico; e daquilo que faz os seres humanos únicos, ou o que Marx chamou de “ser de espécie”. Isso pode ser entendido através da lente de uma política da diferença. Para Marx, a alienação está enraizada na construção de diversos níveis de contradição, ou “diferença”: entre humanidade e natureza; entre humanidade como realidade vivida em condições históricas específicas e humanidade como potencial; e entre alguns humanos e outros artificialmente separados e opostos uns contra os outros no interesse dos interesses materiais estreitos de uma classe minoritária de elite<sup>55</sup>.

A alienação, uma radical política de diferença, não é entendida aqui como contrária a exploração, ao contrário, são partes dialéticas do processo de produção material capitalista. Nessa perspectiva, o racismo é uma expressão da alienação presente na sociedade capitalista. A partir de Balibar a autora defende que o racismo age no capitalismo contemporâneo como um “fator agravante” que incide no interior das relações de classe para dividir internamente.

O racismo divide os seres humanos de outros seres humanos de uma maneira que é, como Miles corretamente enfatiza, completamente infundada cientificamente e, na verdade, aleatória, mas que parece, ou “dá impressão”, de não ser aleatória, mas significativa. Nos termos de Gramsci (1971), o racismo é integrado no processo da hegemonia capitalista para parecer senso comum<sup>56</sup>.

Para provar isso, segundo a autora, podemos observar historicamente que o racismo serviu perfeitamente ao capitalismo como um mecanismo para o progresso do capital industrial. Na medida em que o próprio capitalismo se desenvolvia o racismo também iam se transformando, deixando de ser relacionado diretamente ao trabalho compulsório, mas mantendo-se como marca para controle das populações pobres, da imigração em massa e dos processos de contestação à ordem vigente. Bakan então oferece para nosso entendimento uma complexa compreensão das relações abstratas de dominação do capital sobre o trabalho, envolvendo exploração, opressão e alienação. A autora define que

A exploração se refere a relações sociais que se desenvolvem e são reproduzidas no processo de extração econômica de excedente. A alienação se refere ao distanciamento geral dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos. A opressão pode ser vista operando em duas formas distintas, como uma opressão de classe e como uma opressão específica. A opressão é variável e contingente; é, contudo, necessária para a reprodução das relações sociais do capitalismo.

E conclui que

Categorias específicas sugeridas aqui nessa estrutura de análise são o racismo

---

55 BAKAN, Abigail B. and DUA, Enakshi. *Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*. University of Toronto Press, 2014.

56 BAKAN, *Op. cit.*

como uma codificação de alienação, onde a alienação é articulada como hegemonia branca; o racismo como opressão específica; e o privilégio racial como uma categoria historicamente concreta que precisa ser localizada em contextos vividos específicos. Essa abordagem é sugerida como uma contribuição para um diálogo entre perspectivas antirracistas informadas pelas políticas da diferença e o marxismo.

É a partir destas compreensões, não só das relações de raça, como também das relações de gênero, com as relações de classe que entenderemos a história de luta das trabalhadoras da CIONE.

### **Uma história de luta de trabalhadoras pobres**

A partir destes elementos da Nova História Social do Trabalho podemos entender a guerra da CIONE como uma história de luta de trabalhadoras pobres, em sua maioria constituídas mulheres negras, migrantes da caatinga cearense em busca de trabalho assalariado em Fortaleza.

Ou seja, que no processo de luta das castanheiras da CIONE há determinações muito singulares que permeiam as relações de gênero e raça/etnia entre as envolvidas no processo, no porquê elas resolveram se organizar; em como se organizar; em como os padrões enfrentavam a organização; e mesmo como a greve acabou. Na guerra da CIONE essas relações ficam explícitas a partir dos depoimentos das próprias trabalhadoras, como quando Maria de Fátima expõe a situação cotidiana em que se encontravam as castanheiras nas vésperas da greve :

Nós entrávamos muito cedo, a maioria já entrava 6h. Porque era por produção, e todo mundo queria um dinheiro a mais. E eles eram muito exigentes, não tinha muita coisa pra facilitar pra gente mas eram muito exigentes. Se achassem um pedacinho de castanha no meio da casca... um farelinho no meio das cascas que iria pra caldeira, era derramada nos pés da gente pra gente catar. Tinha uns fiscais que eram pagos só pra encontrar os nossos erros. Usávamos essas latas de leite seca cheio de óleo de mamona, um óleo preto, que a gente tinha que tá todo tempo olhando as mãos pra não queimar. Eu tive muita sorte que nunca levei queimadura grave. Lá muitas pessoas queimavam isso aqui [mostrando os braços], sapecava na cara. Eu dei muita sorte. Eu era rápida. Tirava era 40 kilos de castanha. Eles não deixavam misturar as castanhas, queriam só as grandonas separadas. (...) Eles exigiam muito da gente. Você tinha que fazer um trabalho grande pra não ir castanha com pele ou castanha quebrada. Se tiver algum problema as castanhas voltavam pra bancada pra agente limpar. Eu lembro que a gente se esforçava muito pra fazer a produção"<sup>57</sup>

Um dos principais problemas por qual passavam as trabalhadoras eram queimaduras desenvolvidas pelo contato com o ácido óleo da castanha. Com um ritmo

---

57 Entrevista de Maria de Fátima concedida a Marcelo Ramos em 10 de julho de 2014.

acelerado de trabalho, e com um óleo de mamona (responsável por diminuir a acidez) reutilizado várias vezes as queimaduras eram constantes e as cicatrizes marcavam quase todas as trabalhadoras.

Porém quando entrevistamos Franzé, atual gerente administrativo da fábrica, e na época da greve ajudante administrativo, se reproduz um discurso de total cuidado e respeito aos direitos das trabalhadoras, ressaltando sobretudo o aspecto sexual e moral da mulher:

Seu Jaime (proprietário da fábrica) nunca aceitou que as mulheres fossem de alguma forma exploradas, assediadas moral e sexualmente, coisa que sempre pode existir. Se ele soubesse de algum homem que estava se utilizando de sua função ou seu cargo para tentar de alguma forma tentar tirar proveito de alguma mulher, de uma forma ou de outra, era demissão na certa. Ele não aceitava isso nem em sonho. Ele era muito rigoroso nesse aspecto.<sup>58</sup>

Mas em investigação aos documentos do Tribunal Regional do Trabalho – 7ª Região, encontramos alguns acórdãos da justiça em processo que trabalhadoras da CIONE reclamavam seus direitos que não estavam sendo garantidos, e em um deles uma funcionária denuncia que “o gerente a tratou mal, empurrando-a para fora do seu gabinete” quando foi a CIONE para negociar os seus direitos a férias e 13º que não estavam sendo cumpridos<sup>59</sup>.

Em outro trecho do depoimento Maria de Fátima nos deixa explícito o nível de coerção e opressão de gênero que havia dentro da fábrica, ao nível do patrão instrumentalizar todos os trabalhadores homens como uma “guarda masculina” para garantir a disciplina no trabalho das mulheres. Ao passo também em que se percebe como o aspecto maternal era um dos elementos fundamentais para muitas mulheres desistirem da paralisação:

A gente não tinha um local pra se reunir não. Era aquele povo na frente da fábrica e aí de manhã cedo vinham aqueles homens do sindicato pra conversar com a gente. O pessoal fazia uma barreira lá para as operárias não entrarem. Conversavam com elas assim: 'ei pessoal, não entram não, vamo se organizar pra melhorar as condições'. As que entravam acho que viam as dificuldades e tinha medo né. Teve vezes que até o Jaime vinha pra frente pra chamar as operárias. Agora na hora de puxar as operárias não era ele não, era os empregados, o pessoal do escritório, eram mais homens, lá não trabalhavam muita mulher. Aí eles faziam aquela presença né, aquela pressão, pras mulher trabalhar! O portão tinha seguranças pra proteger aquelas que queriam entrar. Nós lá querendo que o povo não entrasse e eles lá chamando pra trabalhar. Tinham muitas que queriam até estar com a gente no pensamento, mas não podiam ficar por conta do medo,

---

58 Entrevista de Francisco José concedida a Marcelo Ramos em 01 de julho de 2014.

59 Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho (7ª região) 77/69 Acórdão 94/69. 28 nov. 1969.

tinham filhos pra criar, né.<sup>60</sup>

As questões de gênero estão presentes também numa própria cultura organizativa da greve. O cuidado com a alimentação e com as crianças era fundamental e teve que ser incorporado pelo próprio sindicato que representava os trabalhadores de extração de óleos do Ceará. Acostumados com uma categoria masculinizada, sobretudo de petroleiros, o sindicato teve que construir uma cultura de creche e alimentação coletiva para crianças a fim de receber os filhos das trabalhadoras da CIONE, além de mudar a própria forma de construir um espírito coletivo de integração na luta. Como nos conta Jaime Libério:

Quando da chegada delas no sindicato nós fizemos uma reunião. Nós tiramos comissões. Foi tirada uma comissão pra providenciar o almoço, foi tirada uma comissão pra ir no Mercado São Sebastião pedir alimento. Tiramos uma turma pra ir no CEU [Centro Estudantil Universitário da UFC] buscar apoio dos estudantes, e tiramos uma comissão pra fazer pedágio na esquina da Ibiapina com Duque de Caxias. (...) Tiravam uma comissão pra ir na delegacia do trabalho junto com o presidente do sindicato. Muitas ficaram no sindicato, umas ficavam conversando, muitas ficavam naquele desânimo por que não tinham o que fazer. O nosso trabalho era animar elas. Pegamos a caixa de som do sindicato e fizemos uma assembleia pra animar elas. Quando todo mundo chegou elas fizeram um painelão de baião de dois pra almoçarmos. (...) Duas mulheres faziam um fogo pra fazer mingau pras crianças, porque não era só uma, eram várias crianças! (...) De tarde se tirava uma comissão pra ir nas outras fábricas entregar um convite para irem a assembleia. Todo dia tinha assembleia. As reivindicações eram: aumento do salário, melhoria das condições de trabalho e nenhuma prisão [que nos transcorrer foi incorporada].<sup>61</sup>

O ineditismo de uma mobilização de operárias em Fortaleza atraiu muitas militantes mulheres de outros movimentos sociais para construir atividades de solidariedade à greve da CIONE e impulsionar outras fábricas do ramo, que também empregavam muitas mulheres, a paralisar também. Como explicita Maria do Carmo, na época, estudante secundarista:

Fizemos panfletagem sobre a greve da CIONE na Santa Cecília. E as operárias chegaram contando que a polícia tava procurando quem tava panfleteando, aí nós saímos fora. Outra vez eu tava com a Mirtes na Brasil Oiticica e na hora que disseram que tinha polícia nós saímos. O panfleto era um panfleto específico pra greve. (...) Esses panfletos sempre tinham uma linha de crítica a ditadura! (...) O pessoal foi ajudar as castanheiras porque elas foram pro restaurante universitário pedir apoio. Elas politizaram né. Na hora do almoço. As castanheiras foram lá pra ganhar os estudantes porque o movimento dos estudantes era mais forte. No movimento estudantil a gente sabia que precisava das operárias porque não dava pra fazer revolução só com estudante.<sup>62</sup>

Já aqui, Maria Elódia nos depõe que ela percebia que a ditadura tinha um “vigor” a

---

60 Entrevista de Maria de Fátima concedida a Marcelo Ramos em 10 de julho de 2014.

61 Entrevista de Jaime Libério concedida a Marcelo Ramos em 22 de fevereiro de 2014.

62 Entrevista de Maria do Carmo concedida a Marcelo Ramos em 8 de julho de 2014.

mais em reprimir as ações de mulheres trabalhadoras, devido ao fato de que a própria mobilização delas era uma evidência que a oposição à ditadura havia chegado as extratos sociais muito perigosos, e não poderia servir de exemplo para mais trabalhadores e trabalhadoras.

A ditadura tinha raiva de mim e todos os operárias por isso. Por que ela queria por fina força se impor. Então eles preferiam que quem fosse contra fosse os estudantes, os rapazinhos ricos, que não sofrem. Mas quando entrava uma operária assim como eu eles se preocupavam, pensavam 'olha, já tá atingindo a classe operária!<sup>63</sup>

Margarida Marques, irmã de Maria de Fátima, e que morou anos na frente da CIONE, inclusive na época da greve, ressalta o aspecto impactante que a greve da CIONE teve, pelo fato de organizar mulheres negras trabalhadoras, um fato muito impressionante a época: “nesse contexto todo o protagonismo todo foi das mulheres, e mulheres negras, há vários recortes importantes. O grau de perseguição foi muito grande, as mulheres foram muito ousadas”<sup>64</sup>.

E os processos de conscientização por parte das trabalhadoras sobre o que estavam ocorrendo são permeados por essas relações de violência machista, pelo medo enquanto mulher de ocupar um espaço de evidência e ser reprimida, um processo de conscientização que buscava conquistar direitos que suprissem demandas gerais e demandas específicas daquele cotidiano de mulheres trabalhadoras da periferia de Fortaleza

E eles puxavam a gente pra dentro, na violência. E aí eu resolvi ficar do lado delas. Mais nesse momento eu não participava do confronto, eu tava no meio, mas não tinha coragem. Tinha mulher lá que pulava até o muro”, conta Maria de Fátima sobre os confrontos físicos com a capatazia da fábrica. Ela mesmo admite que para ela o processo não era tão evidente desde o início; “Quando surgiu aquelas as reuniões, eu sem entender de nada, mas queria tá participando. Sabia que era por uma causa, era pelo salário né. E pelo direito que a gente não tinha ali dentro. (...) Eu acho que muitas operárias não aderiram por medo de perder o emprego. (...) Tinha senhora lá que ficava até com raiva das outras. Tinha até delas que chegava de madrugada para não ser vista pelas amigas. Acabar nem foram reconhecidas, foram botadas pra fora. 'gente não vão ficar contra as operárias não, façam parte, o patrão não tá nem aí, bota pra fora mesmo<sup>65</sup>

Em meio a esse processo vai se conjugando uma visão ampliada do mundo, partindo daqueles processos de luto específica aquelas trabalhadoras entendendo relações de dominação mais abstratas, que empurram a classe trabalhadora como um todo, ao passo que a organização e luta encanta e dá esperanças de tempos melhores para aquelas

---

63 Entrevista de Maria Elódia concedida a Marcelo Ramos em 01 de março de 2014.

64 Entrevista de Margarida Marques concedida a Marcelo Ramos em 08 de julho de 2014.

65 Entrevista de Maria de Fátima concedida a Marcelo Ramos em 10 de julho de 2014.

mulheres, como demonstra Maria Elódia:

Foi naquela greve que eu percebi que eu tava muito envolvida. (...) Depois da greve eu reconheci que a reivindicação dos trabalhadores também era política. Depois da greve da CIONE eu percebi que a luta era muito mais do que as reivindicações. Que existia um sistema que controlava tudo<sup>66</sup>.

E Maria de Fátima:

A greve deu mais forças aos direitos da gente, pra não se incomodar tanto. Antes eu ficava pensando, mesmo participando, se aquilo valia a pena. Depois eu tenho certeza que todo mundo que participou se tivesse lá hoje tava lá cobrando seus direitos, tinha mais liberdade, não tinha tanta opressão, tanto medo em cima da gente. Aquele medo de achar que eles tava acima da gente, e agente sem saber se ia ou se não ia né. Mas mesmo com esse medo a gente foi. Tanto que quando a gente voltou agente já tava diferente, eu fui uma que já olhava eles diferente, eu pensava: “ué, mas eu não fiz nada de errado”. É como se a greve tivesse dado força pra gente. Eu achei que a gente foi muito corajosa. E acho que eles aprenderam também, fosse agora eles davam até transporte pra gente! (risadas). (...) Acho que isso todas as operárias sentiam. Acho que a partir do momento que elas se dispuseram elas acreditaram. Pelo menos ficou esclarecido que a gente tinha como buscar os direitos. (...) Procurar os direitos, até conversar com as companheiras, a gente discutia melhor. [Antes] a gente falava as coisas mas falava com medo. A partir daí a gente tinha controle do que fazer e não fazer. Afinal, a gente não tava ali de favor, né? Com o tempo a gente ia se valorizando mais. Muitas vezes as pessoas eram cobradas dentro da fábrica e fica calada. Aí depois que a gente começa a ver que não é valorizada a gente fica com mais força. Pelo menos eu fiquei.<sup>67</sup>

### Considerações Finais

Os caminhos percorridos pela História Social do Trabalho em busca de uma conceituação mais complexa do que é ser classe trabalhadora e como a classe trabalhadora se organiza, sobretudo a partir das relações de gênero e raça, conjugadas com as relações no mundo do trabalho nos dão condições de especificar e melhor entender a realidade que estas mulheres viveram, que tipo de determinações envolviam os processos de trabalho, as diferenças para com os demais homens empregados, as diferenças com outros homens do movimento, as relações específicas de dominação as quais eram sujeitados, e por conseguinte os processos específicos de construção de consciência assim como as articulações e métodos de organização e luta que elas desenvolveram.

Uma acertada conceituação de classe, raça e gênero nessa pesquisa constitui como a utilização de óculos correto para enxergar uma realidade com cores diversas e vivas, sem os quais esta história seria bem mais difícil de compreender.

Por fim, sobra uma questão a desenvolver: que nos países de menor

---

66 Entrevista de Maria Elódia concedida a Marcelo Ramos em 01 de março de 2014.

67 Entrevista de Maria de Fátima concedida a Marcelo Ramos em 10 de julho de 2014.

desenvolvimento capitalista, como o Brasil, há uma necessidade de reduzir o valor pago pela força de trabalho para garantir uma competitividade da produção no mercado internacional, isso tem uma influência direta no aumento da exploração da mulher, pois quando os salários diminuem, inclusive ao ponto de não garantir o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, o restante tende a ser suprido através da exploração do trabalho reprodutivo, desempenhado pelo trabalho doméstico/dupla jornada das mulheres. Uma situação de maior esforço no trabalho doméstico se soma nesse período a uma diminuição dos ganhos no trabalho assalariado, do arrocho salarial e da perda de direitos conquistados historicamente por trabalhadores contra capitalistas. Com isso, o aprofundamento do Estado ditatorial, o fechamento dos mínimos direitos políticos e democráticos torna-se uma necessidade para o capital impedir as revoltas e mobilizações que surgem em resposta à sua agenda de autocrescimento. O AI-5, promulgado poucos dias após o fim da greve da CIONE é um exemplo desse endurecimento por parte do Estado.